

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.055 - MA (2019/0353913-8)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : KAYRO MATEUS DE OLIVEIRA ROCHA (PRESO)  
**ADVOGADO** : THIAGO MILHOMEM BANDEIRA DE MELO - MA005937  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por KAYRO MATEUS DE OLIVEIRA ROCHA contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1.<sup>a</sup> Região (HC n.º 1024806-53.2019.4.01.0000).

Consta dos autos que o Juízo Federal da 1.<sup>a</sup> Vara da Seção Judiciária do Piauí, em 04/04/2019, decretou a prisão preventiva do ora Recorrente, investigado por suposta participação em quadrilha especializada no recebimento de benefícios do INSS após o óbito dos beneficiários, mediante a falsificação e utilização de documentos públicos.

O Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra o Recorrente, dando-o como incurso nos crimes definidos no art. 171, § 3.º do Código Penal e no art. 2.º da Lei n.º 12.850/13. A denúncia foi recebida no dia 12/07/2019.

Irresignada com a custódia cautelar, a Defesa impetrou o *writ* originário, que foi denegado em acórdão assim ementado (fls. 811-812):

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ESTELIONATO QUALIFICADO. FALSIFICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS. CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA. ARTIGOS 171, 288, 304, 313-A, 317 e 333, TODOS DO CÓDIGO PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. ALEGADAS CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DO PACIENTE. INSUFICIÊNCIA PARA CONCESSÃO DO WRIT. MEDIDAS ALTERNATIVAS. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA.*

*1. Conquanto a prisão preventiva seja exceção no ordenamento jurídico, sua decretação é possível como na espécie, para garantia da ordem pública, pois há nos autos evidências de que o custodiado, ora paciente, possa concretamente reiterar a conduta criminosa.*

*2. O custodiado, ora paciente, é apontado como integrante de organização criminosa acusada de causar prejuízos milionários ao INSS, encontrando-se preso preventivamente, juntamente com outros investigados, ante a prática dos seguintes crimes tipificados no Código Penal: associação criminosa (art. 288), estelionato qualificado (art. 171,*

§ 3º), falsidade ideológica (art. 299), uso de documento falso (art. 304), inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A), corrupção ativa (art. 317) e corrupção passiva (art. 333).

3. In casu, estão caracterizados não só indícios de materialidade, mas também de autoria. Ademais, o paciente, segundo apurado nos autos, era integrante de ORCRIM, pelo que se afigura imperiosa a manutenção de sua prisão preventiva, a fim de que haja garantia da ordem pública.

4. As condições subjetivas favoráveis alegadas pela parte impetrante em favor do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e trabalho lícito, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

5. Pela análise da situação do paciente – possibilidade concreta de reiteração criminosa –, verifica-se ser incabível a aplicação das medidas alternativas à prisão, nos termos do art. 282 c/c o art. 319, ambos do Código de Processo Penal.

6. Do bem lançado parecer ministerial, extrai-se que 'a decisão impugnada apontou elementos concretos e idôneos para demonstrar a presença de todos os requisitos para a decretação da prisão preventiva do paciente, (...), mostra-se inquestionável a existência de robustos indícios da materialidade e autoria dos inúmeros crimes praticados pela organização criminosa integrada pelo ora paciente (*fumus comissi delicti*). Do mesmo modo, também restou demonstrada a necessidade da custódia cautelar do paciente para a garantia da ordem pública, em face da gravidade concreta dos delitos e da real possibilidade de reiteração criminosa. Com efeito, a gravidade concreta dos delitos e o *modus operandi* utilizado pela organização criminosa que, até onde se sabe conseguiu fraudar 639 (seiscentos e trinta e nove) benefícios previdenciários, demonstra a periculosidade social do paciente, são circunstâncias que justificam a decretação da sua prisão preventiva para a garantia da ordem pública, visando interromper ou diminuir a atuação dos integrantes da organização criminosa. Não prospera ainda a alegação de que a participação do paciente na organização criminosa foi de menor monta, visto que, segundo constou da decisão que decretou a prisão preventiva e na que indeferiu o pedido de liberdade provisória, ele participou ativamente da associação criminosa'.

7. *Ordem de habeas corpus denegada.*"

No presente recurso, o Recorrente afirma que em nenhum momento foi apontado como líder ou chefe do suposto esquema criminoso, que possui condições pessoais favoráveis e que está preso há mais de seis meses, o que indica excesso de prazo.

Requer, em liminar e no mérito, a concessão de alvará de soltura, mediante imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório inicial.

Passo a decidir o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas.

Em juízo de cognição sumária, os fundamentos lançados pelo Juiz de primeiro grau e pelo Corte Federal *a quo* para manter a segregação cautelar não destoam da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que a necessidade de se fazer cessar ou diminuir a atuação de suposto integrante de organização criminosa justifica a prisão preventiva para a garantia da ordem pública.

Ressalte-se que já decidiu o Supremo Tribunal Federal que "[a] *necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva*" (HC 136.298, Rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, DJe 16/12/2016).

Também segundo precedentes desta Corte Superior, considera-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva em razão de haver indícios da participação do réu em organização criminosa, como no caso.

Exemplificativamente, cito o seguinte julgado:

***"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ESTELIONATO. ESTELIONATO MAJORADO. USO DE DOCUMENTO FALSO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SENTENÇA QUE MANTEVE A SEGREGAÇÃO CAUTELAR PELAS MESMAS RAZÕES DO DECRETO PRISIONAL PRIMEVO. REITERAÇÃO DELITIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.***

*I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento*

*ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.*

*II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, seja em razão de indícios de que o paciente integra sofisticada organização criminosa, voltada para a prática de crimes de fraude e estelionato, seja pela forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em diversos crimes de estelionato e estelionato majorado, com o emprego de documentos públicos e privados, falsificados pela organização criminosa, para obter vantagem em face da administração pública e de instituições bancárias, o que revela a gravidade concreta da conduta e justifica a imposição da medida extrema, tendo o e. magistrado consignado que o paciente 'além de administrar, em tese, inúmeros benefícios fraudulentos, também se utilizaria de documentos falsos para propor ações judiciais e obter indenizações indevidas, e finalmente para obter empréstimos fraudulentos, em nome das pessoas fictícias por ele criadas, em instituições financeiras'. Precedentes.*

*IV - O paciente foi demitido do INSS em razão de fraudes cometidas no exercício do cargo público, e posteriormente continuou a cometer fraudes e estelionatos, agora na condição de advogado, dado que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas e a indispensabilidade da imposição da segregação cautelar, em virtude do fundado receio de reiteração delitiva. Precedentes.*

*V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

*Habeas corpus não conhecido." (HC 476.474/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 11/12/2018).*

Além do mais, esta Corte Superior possui entendimento firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

Portanto, havendo fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar,

# *Superior Tribunal de Justiça*

por consequência lógica, torna-se incabível sua substituição por medidas cautelares alternativas à prisão, por serem insuficientes.

De outro lado, o alegado excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal não foi objeto de exame pelo Tribunal Federal *a quo*, motivo pelo qual não pode ser analisado por esta Corte, sob pena indevida supressão de instância.

Concluo, desse modo, que o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável neste juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas à Autoridade Impetrada, notadamente sobre o Processo Penal, a serem instruídas com a chave de acesso ao processo eletrônico.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora